

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 18/07/2019	Coluna: Economia



REFORMA TRIBUTÁRIA É IMPORTANTE PARA INVESTIMENTOS, DIZ ESPECIALISTA



18 Julho, 2019

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) divulgou, recentemente, estudo destacando que entre os 30 países que possuem a maior carga tributária, o Brasil é o lanterna quando o assunto é o retorno em serviços para a sociedade. No ranking divulgado pelo instituto, a Irlanda é apontada como o país que mais tem retorno sobre o imposto pago, e uma carga de 23%, seguida pela Austrália (com arrecadação de 28%) e Suíça (29%). Com uma carga maior que muitos países desenvolvidos (35%), o Brasil só perde para Cuba entre as nações que mais pagam impostos na América Latina. Trata-se da 15ª carga tributária mais alta do mundo.

Com os avanços na discussão da Reforma Tributária, na Câmara e no Senado, vislumbra-se por parte do Governo um melhor aproveitamento de recursos e uma menor burocracia no país. Segundo o especialista e coordenador Tributário do Complexo Educacional Damásio de Jesus, Caio Bartine, a Reforma Tributária deverá simplificar o cumprimento de obrigações e, aos poucos, a diminuição da carga tributária. “Nesse momento, não creio na redução significativa de gastos”.

O especialista reforça os problemas oriundos da burocracia tributária em nosso país. “De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nós gastamos 2.600 horas por ano para cumprimento de obrigações de natureza administrativa. O empresário brasileiro, além da alta carga tributária, fica travado nessa burocracia, impedindo a capacidade de investimento”. Bartine conclui que a simplificação de impostos deverá contribuir para aumentar contratações e geração de renda. “Há pontos a serem ajustados, mas a reforma precisa ocorrer”.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 18/07/2019	Página: A20

FOLHA DE S.PAULO

Imposto único não deve passar, diz Mourão

Gustavo Uribe

BRASÍLIA O presidente interino, Hamilton Mourão, disse nesta quarta-feira (17) acreditar que dificilmente o Poder Legislativo aprovará a adoção de um imposto único no país no rastro da reforma tributária.

A ideia foi defendida na terça-feira (16) por representantes do setor empresarial que compõem o Instituto Brasil 200, durante evento, em São Paulo, com a participação do general.

A proposta é que os atuais tributos federais, estaduais e municipais sejam substituídos por um imposto único sobre

transações financeiras, com alíquota de cerca de 2,5%, em formato semelhante ao da extinta CPMF.

"Eu tenho estudado esse assunto e ainda não tenho uma opinião coerentemente formada, porque ela equilibra para algumas cadeias de valor e para outras desequilibra, disse Mourão.

O general afirmou que na semana que vem discutirá o assunto com o secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra. Ele lembrou que, hoje, há três propostas com conteúdos diferentes.

"Tem a do Senado, que é a do [ex-deputados federal Luiz Carlos] Hauly. Tem a da Câ-

mara, que é do [economista] Bernardo Appy. E tem a nossa", disse.

Em entrevista publicada na Folha nesta quarta (17), o presidente da comissão especial sobre reforma tributária na Câmara, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), demonstrara ceticismo sobre o novo imposto sobre pagamentos em estudo pelo Ministério da Economia e pelo Congresso.

"A população não gosta muito desse tipo de tributo. Aumenta a carga tributária mesmo que tenha uma alíquota baixa. Não acredito que prospere em razão disso."

Mourão defendeu também medidas para aquecer

o consumo, como a liberação dos saques do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e do PIS-Pasep, o que deve ser feito até a semana que vem.

"A gente precisava colocar algumas medidas na microeconomia para dar uma aquecida no consumo. Então, o ministro Paulo Guedes [Economia] estava aguardando a passagem da reforma previdenciária para que ele pudesse colocar esse tipo de medida de modo", afirmou Mourão, que está no exercício da Presidência da República enquanto Bolsonaro participa de reunião do Mercosul na Argentina.

18/07/2019 - 05:00

'Nova CPMF' pode ter alíquota de 0,60%

Por **Daniel Rittner**

O modelo de reforma tributária defendido nos bastidores pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, prevê uma alíquota em torno de 0,60% do imposto sobre transações financeiras no lugar de todos os tributos federais - à exceção do Imposto de Renda.

A ideia da equipe econômica, conforme apurou o **Valor**, é apresentar várias alternativas de propostas para reformulação do sistema tributário e determinar qual seria o caminho preferido pelo governo.

Leia mais

1. [Relator defende IVA para unificar cinco tributos](#)

Guedes tem falado, com auxiliares, sobre uma espécie de "escadinha" nas alíquotas do imposto sobre transações, que seria pago em cada operação tanto pelo comprador como pelo vendedor. Ele só faz questão, sempre, de rechaçar que se trata de uma volta da CPMF porque não aumenta, mas simplifica, a carga tributária.

Ponto pacífico no Ministério da Economia: criar esse imposto como substituição as encargos previdenciários na folha de pagamento. Para isso, seria necessário ter uma alíquota de 0,30%. Numa conta de restaurante no valor de R\$ 100, por exemplo, tanto o cliente quanto o dono do estabelecimento pagariam R\$ 0,30 - totalizando R\$ 0,60 como arrecadação federal. Essa alíquota eliminaria o recolhimento de 20% sobre a folha salarial das empresas, a contribuição de 8% dos trabalhadores para o INSS e possivelmente os encargos para financiar o Sistema S.

O imposto pode "engordar" e ficar com alíquota em torno de 0,42% para extinguir também a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). A alternativa agrada ao secretário especial da Receita, Marcos Cintra, por exemplo.

Mais um passo, este sim de preferência de Guedes: entre as propostas de reforma tributária em discussão, tem ganhado força a ideia de criação do Imposto Único Federal (IUF) no lugar de três impostos - IPI, PIS e Cofins. O ministro da Economia considera que faz mais sentido ter alíquota maior do imposto sobre transações como forma de simplificar o sistema. Provavelmente exigiria a cobrança de 0,60% ou perto disso, segundo os estudos internos que chegaram a Guedes.

Dependendo da disposição de governadores e de prefeitos, e de um novo "pacto federativo" com a União, poderiam até ser incluídos ainda o ICMS estadual e o ISS municipal - obviamente com um ajuste da alíquota.

A calibragem precisa ser tão certa que, apenas com alterações na segunda casa depois da vírgula, pode-se ganhar ou perder bilhões de reais em arrecadação.

O IUF ou o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que inclui os dois impostos de governos estaduais e municípios, têm apoio de boa parte do setor privado. No entanto, começam a ganhar força críticas de parte do empresariado, que vê riscos de onerar demais a produção. É o caso, por exemplo, do grupo empresarial Brasil 200, que defende o Imposto Único como substituição a tudo.

A equipe econômica tem se inclinado a trocar o IUF por uma alíquota maior do imposto sobre transações financeiras depois da reunião do G-20, em Osaka (Japão), no fim de junho. Lá, os países mais ricos do mundo trocaram experiências sobre a cobrança de tributos em uma economia cada vez mais digitalizada. A ideia ficou na cabeça de Guedes.

O ministro gostaria ainda de encorajar outro debate: o fim do Imposto de Renda e sua substituição por uma alíquota ainda maior do imposto sobre transações financeiras, de no mínimo 1%, que passaria a ser um imposto único no Brasil. É o centro de um dos projetos de reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados, apresentado pelo deputado Luciano Bivar (PE), presidente do PSL - partido de Jair Bolsonaro.

Guedes não é entusiasta da ideia, e seus auxiliares acreditam que seria algo muito revolucionário no sistema de impostos para um primeiro momento. A necessidade de calibrar a alíquota sem margem para erro seria imprescindível para não resultar em perda de arrecadação.

A equipe econômica, no entanto, considera que essa possibilidade deveria entrar nas discussões da proposta de reforma tributária para uma "escolha da sociedade", como gosta de dizer o ministro.

18/07/2019 - 05:00

Para analistas, tributo é regressivo e ineficiente

Por **Thais Carrança e Flávia Furlan**

(Atualizada às 9h11 de 18/7/2019 para corrigir a qualificação do tributo, de recessivo para regressivo) A ideia de substituir todos os tributos federais por um imposto sobre transações financeiras com alíquota em torno de 0,60% geraria um tributo ineficiente, com incidência em cascata, e de caráter regressivo - com peso proporcionalmente maior para os mais pobres, avalia a 4E Consultoria.

Claudio Gallina, diretor sênior da agência de avaliação de risco Fitch Ratings, aponta ainda que o imposto poderia impactar o custo do crédito no Brasil, num momento em que os subsídios para empréstimos nos bancos públicos estão sendo reduzidos.

Um especialista em contas públicas menciona também que o modelo é incomum em outros países e pode estimular um movimento de desintermediação financeira, com as pessoas evitando usar transações bancárias no seu dia a dia.

O formato é defendido nos bastidores pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como apurou o **Valor**. O ponto pacífico seria substituir os encargos previdenciários na folha de pagamento, o que exigiria uma alíquota de 0,30%. O imposto poderia ser "engordado" para extinguir também a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), o que levaria a alíquota a 0,42%. Para a simplificação incluir também IPI, PIS e Cofins, a cobrança iria a 0,60%.

"É preciso ter mais detalhes dessa proposta para analisar, mas, no final das contas, pode impactar o preço do crédito", afirma Gallina, da Fitch Ratings.

Segundo o executivo, a tributação sobre as transações financeiras pode ter um efeito contrário ao desejado pelo governo, que tem uma agenda de inclusão no sistema financeiro e de barateamento do crédito, com redução dos spreads - diferença do que o banco paga para captar recursos e o que cobra para emprestá-los.

Para Bruno Lavieri, da 4E Consultoria, o imposto em estudo seria ineficiente, mesmo que sua intenção seja substituir outros tributos também problemáticos, como a contribuição patronal à Previdência. "O imposto sobre folha onera a mão de obra e o trabalho, tem problemas de eficiência, mas essa solução de CPMF 'maquiada' é tão ruim quanto", diz.

No mercado financeiro, gestores consultados dizem confiar que o governo não irá na contramão da sua agenda liberal ao impor um imposto que poderia tirar a atratividade da renda variável, ao tributar o fluxo de recursos para a bolsa. "Se ele [Guedes] anunciasse tributação que não pensasse nesse fluxo, seria um grande tiro no pé. Mas não acredito nisso", diz Fernando Barroso, diretor da CM Capital Markets.

Representantes das secretarias da Fazenda do Sul e Sudeste reúnem-se hoje em São Paulo para discutir a proposta de reforma que deverá ser apoiada pelos Estados.

Os Estados têm discutido duas propostas. A primeira delas, um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) amplo, tem o mesmo espírito da PEC 45/2019 do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), elaborada por Bernard Appy, mas retira a União do comitê gestor. A segunda é um IVA dual, um deles reunindo impostos federais e outro unindo ICMS (Estados) e ISS (municípios).

(Colaborou Juliana Machado)

18/07/2019 - 05:00

Relator defende IVA para unificar cinco tributos

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Relator da reforma tributária na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirmou ao **Valor**, na primeira entrevista exclusiva desde que assumiu a função, que debaterá as várias propostas que estão sendo apresentadas sobre o tema, mas que o Brasil deve caminhar para um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e que terá como base o projeto elaborado pelo economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), e protocolado pelo líder do MDB, Baleia Rossi (SP).

"A proposta-base é a do Baleia, que é a que eu relato. É um texto que faz muito sentido do ponto de vista da simplificação tributária", disse ontem. "Acho que não há outro caminho para nós que não seja um padrão tipo IVA, que não é novidade no mundo. Hoje tem IVAs extremamente melhorados, aperfeiçoados desde quando começou a ser implantado. O que a gente não tem é esse imposto único [sobre movimentação financeira], não conheço exemplo no mundo", afirmou o deputado.

Leia mais

1. 'Nova CPMF' pode ter alíquota de 0,60%

A proposta de Appy é um IVA, apelidado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unificaria três tributos federais (IPI, PIS e Cofins), o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) e seria cobrado no local de destino. Já o secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, tem proposto unificar só os impostos federais e criar uma Contribuição Previdenciária (CP), que tributaria todas as movimentações financeiras nos moldes da extinta CPMF e substituiria as contribuições sobre a folha de salários das empresas.

Outro ponto que pesa a favor do projeto protocolado pelo líder do MDB, afirmou, é que a unificação englobará também o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e não só os tributos federais, como sugere o governo federal. "A questão do ICMS é totalmente pacífica entre todos os governadores, precisa acabar com isso. Isso, do ponto de vista federativo, fortalece a proposta do Appy."

Há ainda outras versões da reforma sendo discutidas: um texto debatido na legislatura anterior e de relatoria do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR); uma emenda à reforma apresentada pelo presidente do PSL, Luciano Bivar, nos moldes do defendido por Cintra; uma ideia do movimento Brasil 200, grupo de empresários de posição liberal que deseja uma CPMF que substitua todos os outros impostos; uma iniciativa de auditores fiscais de uma reforma "social".

Segundo Ribeiro, todos serão debatidos pela comissão a partir de 13 de agosto. "Lógico que vamos discutir, ouvir todo mundo, considerar o trabalho que já foi feito e é legítimo que todos coloquem sua proposta, mas são conflitantes. Uma vai numa linha e outra vai na outra", pontua. "Temos que trabalhar com muita tranquilidade para encontrar uma reforma que realmente modifique nosso sistema tributário e possa ter adesão necessária para aprovação", comentou.

Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), é necessário o apoio de 308 dos 513 deputados, mesmo quórum exigido para aprovar, por exemplo, a reforma da Previdência. É uma maioria complexa de ser atingida, mas o relator acredita que o tema tem apelo popular.



Aguinaldo Ribeiro: "A questão do ICMS é totalmente pacífica entre todos os governadores, precisa acabar com isso"

Para Aguinaldo, não haverá conflito com o Senado em torno do andamento da reforma - os senadores desengavetaram a proposta de Haully para discuti-la sem esperar a Câmara votar um texto próprio. "Acho que com o [presidente do Senado] Davi [Alcolumbre] não tem problema algum. Conversei com o [presidente da Câmara] Rodrigo [Maia] sobre isso e ainda vou falar com o Davi. Eles vão estar com o foco na Previdência", pontua.

Foi a reforma da Previdência que impediu o relator das mudanças tributárias de se debruçar sobre a PEC com mais afinco até agora. Ele lidera também o "bloco da maioria", grupo de partidos conhecido popularmente como Centrão, e esteve empenhado ao lado de Maia na aprovação das alterações previdenciárias. Ele disse que a PEC de Appy será debatida a partir da segunda semana de agosto, com a apresentação do plano de trabalho na comissão e definição sobre as audiências públicas "Tem que correr para concluir esse ano já, até para aproveitar esse clima reformador da Casa", pontuou.

Ele evita antecipar as discussões. Questionado se é contra a contribuição sobre movimentações financeiras sugerida por Cintra, disse que já ouviu críticas de economistas, mas que todo mundo terá espaço para defender sua proposta de reforma e que só poderá comentar quando o governo formalizar seu projeto. Ele reclamou, contudo, de "recados" da equipe econômica enviados através da imprensa contra a PEC de Appy, dizendo que haveria aumento da carga tributária. "É ruim para eles. Para mim, o governo achar ou não achar, nós vamos tocar a vida. Agora, a pauta deles, eles precisam da gente para aprovar."

Para o relator, a PEC não aumentará a carga tributária, mas também não diminuirá. "Na situação fiscal que estamos hoje, seria uma irresponsabilidade de qualquer um chegar e dizer: vamos baixar imposto pela metade. No dia, seria a melhor coisa do mundo, mas no outro dia, o cara quebra o país", disse.

Ele planeja incluir dispositivos para levar à redução de impostos no futuro. "Vamos estudar as medidas para ver como é possível fazer essa redução. Hoje, a carga tributária só existe sob uma perspectiva: manter o gasto que a gente tem, que é excessivo. Se a gente está mudando a Previdência, depois vamos corrigir o Estado Brasileiro, partir para cima do extrateto, de todas essas regalias e privilégios, então não justifica."

Outro assunto que exigirá atenção do relator são os incentivos tributários da Zona Franca de Manaus e dos fundos de desenvolvimento regionais. "Não pode simplesmente extinguir do dia para a noite sem apresentar uma saída, estamos trabalhando em cima de alternativas", disse. Parlamentares do Amazonas já apresentaram emenda à reforma para garantir a manutenção dos incentivos e emplacaram o segundo vice-presidente da comissão que analisará o projeto.

Outro foco de discussão é com os governadores. Ribeiro vê boa vontade e pontua que eles têm duas preocupações: as alíquotas e o comitê gestor do IBS. O comitê gestor, garantiu, terá participação de todos os entes da Federação e não será controlado pelo governo federal. A independência federativa, afirmou, pode seguir como exemplo o modelo dos Estados Unidos, onde o Congresso impõe um teto, mas há independência para definição das alíquotas. "Você põe um teto e se ele [Estado] quiser baixar, ele baixa, mas vai ter que arcar com aquilo que ele está baixando [perda de receita]", disse.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 18/07/2019	Caderno: Economia



Maia diz que inclusão de estados e municípios na Previdência só passa na Câmara com apoio de governadores do Nordeste

Presidente da Casa diz que, sem eles, inserção é obstáculo 'quase intransponível'

O Globo

18/07/2019 - 00:47 / Atualizado em 18/07/2019 - 10:12

BRASÍLIA – O presidente da **Câmara** dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nessa quarta-feira que uma possível inclusão de estados e municípios na **reforma da Previdência** só será aprovada na Casa com o engajamento dos governadores do **Nordeste**. Há uma articulação para que o **Senado incorpore os servidores estaduais e municipais ao texto** que já passou em primeiro turno na Câmara. Provável relator da reforma da Previdência no **Senado**, Tasso **Jereissati** (PSDB-CE) disse que **é grande a chance de incluir estados e municípios na tramitação final do projeto**.

Quer saber quanto tempo falta para você se aposentar? Simule aqui [na calculadora da Previdência](#)

Em entrevista à GloboNews, Maia citou os governadores petistas Wellington Dias (PI) e Camilo Santana (CE) como defensores da reforma, mas cobrou que os chefes dos executivos estaduais convençam os parlamentares de suas bancadas para que a possibilidade de inclusão tenha sucesso:

– O tema dos estados tem dois obstáculos enormes. Vimos na própria votação da reforma federal temas muitos sensíveis, que são professores e policias militares. Um tema que foi problema também no primeiro turno (na Câmara) é a relação de parlamentares do Nordeste com governadores. Para que essa reforma (seja

aprovada), voltando do Senado, vai precisar ter mobilização grande dos governadores do Nordeste. Senão, é obstáculo muito difícil.

Maia continuou:

- Se for tratar de professor e PM, não é fácil. Bancada da segurança pública tem voto para suprimir o que quiser. E, hoje, acho muito difícil que um tema que trate de professor tenha sucesso no plenário da Câmara. Ou o Senado vai construir um texto que não trate diretamente desses dois temas, que trate da alíquota extraordinária... Com temas mais objetivos, acho muito difícil. E sem a participação dos governadores do Nordeste, acho quase intransponível colocar estados na reforma – afirmou.

A reforma foi aprovada semana passada no plenário da Câmara com 379 votos favoráveis. Por ser uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), é necessário um novo turno de votação, o que vai ocorrer em agosto, na volta do recesso.

O presidente da Câmara reafirmou que, nos últimos dois meses, a relação do Parlamento com o Poder Executivo melhorou, mas ressaltou que faltam ao governo projetos além da agenda proposta pela equipe econômica. Segundo ele, outros ministérios precisam entrar em ação para resolver questões concretas, como o desemprego:

– Um país em que havia expectativa de crescimento de 2,5% e está caindo para zero, tem alguma coisa errada com o governo. Estamos (Câmara) colaborando, fizemos a Previdência. Até o início de agosto, vamos ter projetos que consideramos importantes para a infraestrutura, para ajudar com a pauta.

Maia continuou:

- Se o Parlamento está trabalhando, e a gente tem a economia parada, quem está cuidando do desempregado, das pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza? As pessoas que voltaram a ter fome? Quem está articulando isso com prefeitos e governadores? Governo ficou focado nos nichos e não focou em política macro nas áreas que já citei – disse.

Tribuna

Maia pede à oposição que aprove estados e municípios na reforma

POR HELOISA CRISTALDO
AGÊNCIA BRASIL

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), fez um apelo para que partidos da oposição apoiem a reinclusão de estados e municípios na reforma da Previdência, quando a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) chegar ao Senado. A expectativa do parlamentar é que a votação na Câmara seja concluída na primeira semana de agosto, seguindo para apreciação dos senadores. Para acelerar a tramitação da PEC, mu-

danças como a reinclusão de estados e municípios devem ser enviadas à Câmara por meio de uma PEC paralela. Isso porque cada alteração feita por senadores ao texto já aprovado na Câmara precisa ser reanalisada pelos deputados, o que poderia atrasar a conclusão da análise da matéria. Dessa forma, apenas as modificações seguem a tramitação paralela, enquanto o aprovado já poderá ser promulgado - se referendado em dois turnos pelos senadores.

"A única coisa que vai precisar, quando voltar para Câmara, é que os partidos de todos os governadores colaborem, se não a gente

vai ter dificuldade de aprovar. A gente vai precisar que o PT, PSB e PDT ajudem a aprovar a PEC paralela, se não vai ter obstrução", disse Maia. "A perspectiva é que a PEC seja enviada ao Senado no dia 8 de agosto, após aprovação em segundo turno", acrescentou.

Segundo Rodrigo Maia, o déficit previdenciário tem crescido nos últimos quatro anos e já alcança R\$ 100 bilhões em todo país, além de crescer em uma projeção de mais de R\$ 40 bilhões nos próximos quatro anos. "Isso significa menos R\$ 40 bilhões de capacidade de investimento de estados, no momento que poucos



RODRIGO MAIA fez um apelo pela inclusão de estados e municípios na reforma da Previdência, que será apresentada como PEC paralela após votação do Senado

estados têm capacidade hoje de investimento. Então, se não controlar esse gasto como a gente está terminando de controlar na Câmara, com a PEC da Previdência e os gastos do governo federal, nós vamos ter mais dificuldades que os estados paguem os salários, paguem as próprias aposentadorias e pensões, e façam também investimentos", argumentou.

O congressista avaliou que a PEC não deve ser enxugada na votação em segundo turno pela Câmara. A nova análise em plenário está marcada para o dia 6 de agosto e também precisará de 308 votos para ser aprovada, o mesmo necessário para aprovação em primeiro turno. "Desde 1991, quando temos os dados de todas as votações, essa foi a votação legislativa com

maior quórum da história. A gente só perde para o impeachment, a posse dos deputados e para eleição do presidente da Câmara. Mas, votação de uma Emenda Constitucional, um Projeto de Lei, essa da semana passada foi o maior quórum da história. É um bom resultado", comemorou.

A reforma da Previdência foi aprovada na noite de sexta-feira (12) pelo Plenário da Câmara dos Deputados com uma votação expressiva. O texto-base da PEC foi referendado por 379 votos a 131 depois de quase cinco meses sendo discutida na Casa. A proposta também já teve seu texto aprovado pela Comissão Especial após o término da votação em primeiro turno e está pronta para ser reapreciada em plenário antes de ser enviada ao Senado.

FOLHA DE S.PAULO

Emenda consome reservas, e Orçamento terá novo bloqueio

Colchão é perdido para pagar a parlamentares pela Previdência e outras despesas

Bernardo Caram

BRASÍLIA Com a piora nas projeções para o desempenho da economia neste ano, o governo Jair Bolsonaro deve ser obrigado a fazer mais um bloqueio de recursos de ministérios. Agora, porém, em valor menor do que o esperado pela equipe econômica.

Os cálculos do Ministério da Economia convergem para um contingenciamento entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões, informaram à Folha membros da equipe que acompanha a finalização dos números.

Demandas de gastos por parte dos ministérios, o que também inclui o pagamento de emendas parlamentares, consumiram a reserva orçamen-

tária que o governo guardava para situações de emergência.

Com isso, a equipe econômica ficou sem margem para usar o instrumento que utilizou há dois meses, quando evitou o bloqueio do Orçamento usando essa sobra de recursos para suprir o desfalque nas contas.

Os dados preliminares serão analisados nesta quinta (18) em reunião da Junta de Execução Orçamentária. O órgão, comandado pelos ministros da Economia, Paulo Guedes, e Onyx Lorenzoni, da Casa Civil, assessora o presidente da República na condução da política fiscal do governo.

Os cálculos serão revisados até a próxima segunda, data-limite para apresentação

do relatório bimestral de receitas e despesas da União, documento que acompanha o cumprimento da meta fiscal do governo, fixada para este ano em déficit de R\$ 139 bilhões.

No primeiro relatório do ano, divulgado em março, o governo fez um bloqueio de aproximadamente R\$ 30 bilhões no Orçamento.

A redução de recursos na área da Educação levou a uma onda de protestos em maio. No mesmo mês, ao divulgar o segundo relatório bimestral, o governo anunciou o desbloqueio de parte da verba do ministério da área.

Na apresentação de maio, a equipe econômica evitou um novo contingenciamento ao usar a reserva orçamen-

tária de emergência para suprir as perdas na estimativa de arrecadação.

Agora, entretanto, foi perdida a maior parte desse colchão de recursos para evitar o contingenciamento. Isso porque, além do gasto com o ajuste das contas em maio, a reserva foi consumida por outras demandas ministeriais, inclusive o pagamento de emendas parlamentares.

Ao fim do primeiro bimestre deste ano, a reserva orçamentária somava R\$ 5,4 bilhões. O valor que sobrou agora, abaixo de R\$ 809 milhões, segundo técnicos do Tesouro Nacional, não é suficiente para cobrir o rombo adicional.

Em negociação para aprovar a reforma da Previdência,

o governo acelerou a liberação de emendas aos deputados e prometeu um lote extra de R\$ 20 milhões para cada um que votasse a favor do texto.

O movimento gerou apreensão em técnicos da equipe econômica, já que o momento é de aperto fiscal e bloqueio de contas.

Na semana passada, o Ministério da Economia anunciou um corte pela metade na projeção de alta do PIB de 2019, de 1,6% para 0,81%. O enfraquecimento da economia tem impacto negativo na arrecadação.

Com a revisão das estimativas, técnicos do governo colocaram os novos números para rodar com a expectativa de que seria necessário fazer um corte orçamentário expressivo neste mês.

Na fase de conclusão da análise, porém, o desfalque acabou ficando menor do que o esperado.

Embora o fraco desempenho do PIB reduza a arrecadação, o governo registrou alta de algumas receitas, como as que incidem sobre faturamento de empresas.

Há ainda perdas em impos-

tos que são compartilhados com estados e municípios, o que acaba reduzindo os prejuízos absorvidos pela União.

Com isso, o resultado das novas previsões de receitas e despesas, embora negativo, será muito menor do que o estimado inicialmente.

O corte do contingenciamento é feito em despesas não obrigatórias. Desse modo, não são afetados gastos como os de salários de servidores públicos e benefícios para aposentados.

No relatório que será apresentado na próxima segunda-feira, o governo não vai contar com novas receitas que são previstas, mas ainda estão longe de se concretizarem.

Ficará de fora das estimativas a receita do megaleilão de petróleo, marcado para novembro, mas ainda sob análise do TCU (Tribunal de Contas da União).

Também não será considerada eventual venda da Eletrobras, que passa por revisão de modelagem no governo.

Vinicius Torres Freire
O colunista está em férias.

18/07/2019 - 05:00

MEC quer mais verba privada em federais, mas plano cria dúvidas

Por Luísa Martins e Hugo Passarelli



O Ministério da Educação (MEC) oficializou ontem seu projeto para aumentar a participação de recursos privados no orçamento das universidades federais. A pasta espera entre 15 e 20 adesões assim que o programa, chamado Future-se, seja aprovado no Congresso Nacional.

Apesar de ter apresentado as linhas gerais da iniciativa, o MEC ainda vai definir as métricas que cada instituição terá de seguir para ter acesso à verba extra do Future-se. Ao entrar no projeto, elas terão de "adotar as diretrizes de governança que serão futuramente definidas", diz o documento, que estará em

consulta pública durante um mês e, duas semanas após esse período, vai para o Congresso Nacional.

O projeto prevê um fundo de R\$ 102,6 bilhões, administrado por uma instituição financeira a ser definida. Os recursos serão distribuídos como uma espécie de recompensa para as universidades públicas que melhor avançarem em temas como empreendedorismo, gestão, pesquisa e internacionalização.

Caberá ao comitê gestor, formado por representantes dos ministérios, a definição de parâmetros para medir esses resultados, assim como a distribuição dos recursos. Caso descumpra algum indicador, a universidade pode ser excluída do Future-se.

A maior parte da verba do fundo (R\$ 50 bilhões) vem de imóveis da União, que depois devem ser convertidos em fundos de investimento imobiliário (FII).

Outros R\$ 33 bilhões são de fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Leis de incentivos fiscais e depósitos à vista representarão R\$ 17,7 bilhões. O Future-se também vai contar com R\$ 1,2 bilhão de recursos de cultura (para bibliotecas e museus, por exemplo, captados via Lei Rouanet). Por último, R\$ 700 milhões virão de outras fontes, como da utilização econômica de espaços públicos e de fundos patrimoniais.

O MEC não detalhou as leis que seriam alteradas para aprovar o projeto, mas afirmou que não vai mexer em regras constitucionais para facilitar a tramitação. "A ideia é que entre em vigor ainda neste ano", estimou o ministro Abraham Weintraub, negando uma suposta privatização do ensino público.

Além do dinheiro que será distribuído por meio do fundo federal, cada universidade poderá captar diretamente no mercado. Essa arrecadação pode ocorrer por meio de contratos de cessão, concessão, fundos de investimento e parcerias público-privadas. Também ficará autorizado que empresas "batizem" prédios universitários em troca do patrocínio a iniciativas.

Segundo o secretário de Ensino Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, o empreendedorismo será a tônica do projeto, com previsão de recompensas para as principais inovações universitárias, em um cenário de consolidação de startups.

Outro pilar é a concepção de que em qualquer universidade a formação e a pesquisa devem ser voltadas para o mercado de trabalho. "Por ser pública, a universidade pode gerar externalidades positivas à sociedade", diz.

O secretário nega que apenas pesquisas de retorno financeiro evidente serão privilegiadas pelos patrocinadores. Mas diz que o fundo soberano pode atuar para financiar outros projetos menos atraentes ao setor privado.

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, manifestou preocupação sobre a exploração das patentes pela iniciativa privada, gerando um custo mais alto ao consumidor final. "Investimento tem que ter limite, senão passa a ser venda de pesquisa", alertou.

Professores poderão entrar como sócios ou coautores desses projetos e, a partir disso, incrementar sua renda. Os docentes também vão receber prêmios em dinheiro por publicação de artigos em revistas científicas de renome. "O professor universitário poderá ser muito rico", projetou.

Do lado dos estudantes, o governo ressaltou que "o jovem vai ser libertado da perspectiva de ter de arrumar um emprego ou prestar concurso público, pois serão empreendedores e donos dos próprios destinos".

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela instituição de ensino com organizações sociais, entidades de caráter privado ligadas a atividades de ensino, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

As organizações sociais vão atuar sobretudo no cumprimento dos três eixos do Future-se. Segundo Barbosa, nada impede que essas entidades tenham papel mais atuante no projeto pedagógico. O secretário ainda explica que uma mesma entidade poderá prestar serviços a mais de uma instituição de ensino.

A adesão das universidades será voluntária, mas Barbosa ponderou que as instituições que decidirem não fazê-lo ficarão sujeitas a contingenciamentos e às limitações do teto de gastos.

Quem entrar no Future-se terá de adotar integralmente as regras, o que desagradou à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). "As universidades são diversas e determinar que todas sigam um padrão é desconhecer isso", disse João Carlos Salles, vice-presidente da entidade.

Segundo Salles, não se pode, em nome de mais recursos, quebrar a autonomia universitária. "Se restringir o funcionamento das universidades, vai contra o nosso conceito", disse, reclamando de o MEC não ter ouvido os reitores na elaboração do projeto. **(Colaborou Fabio Graner)**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 18/07/2019	Caderno: Economia



Liberação do FGTS pode dar fôlego à economia e elevar PIB para até 1,1%

Expectativa da equipe econômica é que saques reforcem o crescimento da economia em 0,3 ponto porcentual, para o mesmo nível registrado nos dois últimos anos do governo Temer; medida deve ser anunciada hoje e valerá para contas ativas e inativas

Adriana Fernandes e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

18 de julho de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - A liberação de **parcela das contas ativas (dos contratos atuais) do FGTS** para os trabalhadores deve dar impulso à economia e pode garantir ao presidente Jair Bolsonaro um crescimento do **Produto Interno Bruto** acima de 1% no primeiro ano do governo.

A expectativa da equipe econômica é que os saques reforcem o PIB em 0,3 ponto porcentual, o que elevaria a projeção para 1,1% – mesmo nível registrado nos dois anos anteriores do governo **Michel Temer**.

Segundo modelos preparados para a liberação dos saques, o impulso ao crescimento pode ficar entre 0,2 e 0,4 ponto porcentual. Hoje, o governo trabalha com estimativa de crescimento de 0,81%.

Com a revelação na quarta-feira pelo **Estadão/Broadcast** dos detalhes do projeto, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, determinou à sua equipe que acelerasse a proposta para ser apresentada na noite de quarta ao presidente Bolsonaro.



Liberação dos saques pode impulsionar crescimento em até 0,4 ponto porcentual. Foto: AMANDA PEROBELLI/ESTADAO

A medida deverá ser anunciada nesta quinta-feira e valerá para contas ativas e inativas (de contratos de trabalho anteriores). Segundo fontes, Guedes, que passou a quarta-feira na Argentina, exigiu da equipe da Secretaria de Política Econômica (SPE), que elabora o programa, manter intocados os recursos do FGTS para a habitação. Com isso, o valor da liberação vai cair de R\$ 42 bilhões para R\$ 30 bilhões.

O **Estadão/Broadcast** revelou que o Ministério da Economia deve permitir que os trabalhadores saquem entre 10% e 35% dos recursos das contas ativas do FGTS dependendo do saldo que possuem no fundo.

Para o economista da LCA Consultores Vitor Vidal, o impacto da liberação das contas ativas do FGTS sobre o consumo e, consequentemente, sobre o PIB pode ser maior agora do que na

liberação das contas inativas promovida pelo governo de Michel Temer em 2017. Isso porque a inadimplência das famílias hoje é menor.

Em 2017, fizeram o saque de cerca de R\$ 44 bilhões de contas inativas 25,9 milhões de trabalhadores. Vidal cita que uma pesquisa do Ibre/FGV na época mostrou que 40% desses recursos foram destinados ao pagamento de dívidas.

A economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) Marianne Hanson também estima que o impacto sobre a economia pode ser maior dada a melhoria nas expectativas para a atividade no segundo semestre, com o andamento da reforma da Previdência.

A CNC, em 2017, calculou que um quarto dos recursos foi destinado ao consumo, o que levou a um aumento de 1,4% no varejo entre março e julho, meses em que os valores foram sacados. Marianne acredita que setores mais ligados à renda podem ser mais beneficiados, como o de supermercados. /**COLABORARAM RENATO JAKITAS E THAIS BARCELLOS**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 18/07/2019	Caderno: Economia



Anúncio de liberação de saque do FGTS pode animar mercados nesta quinta

Medida para estimular a economia, antecipada pelo 'Estado', deve ser anunciada por Bolsonaro em evento de comemoração aos 200 dias de governo

O Estado de S. Paulo

18 de julho de 2019 | 08h56

A perspectiva de liberação de saques de contas ativas e inativas do FGTS, que pode ser anunciada na tarde desta quinta-feira, 18, pelo presidente Jair Bolsonaro, em evento de comemoração aos 200 dias de governo, **pode ajudar no desempenho do mercado financeiro brasileiro**, mesmo com as Bolsas em baixa no exterior.



O chanceler Ernesto Araujo, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, em encontro do Mercosul, nesta quarta, na Argentina.

Foto: Alan Santos/PR

Liberação do FGTS

O **Estado/Broadcast** apurou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, exigiu a preservação dos recursos do FGTS para a área de habitação. Por isso, **o valor a ser liberado poderá cair de aproximadamente R\$ 42 bilhões para cerca de R\$ 30 bilhões.** A informação sobre a liberação do dinheiro do fundo **foi antecipada pelo Estado.**

O governo deve permitir que os trabalhadores saquem entre 10% e 35% dos recursos das contas ativas e inativas do FGTS. A equipe econômica estima que a medida dará impulso de 0,3 ponto porcentual no crescimento econômico, **o que elevaria a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2019 de 0,81% para 1,1%.**

Corte nos juros e reforma tributária no radar

Diante da proximidade do Comitê de Política Monetária (Copom) deste mês, nos dias 30 e 31, as medidas de estímulo à economia podem abrir espaço para ajustes nas estimativas de queda da Selic para este ano.

Enquanto isso, **os debates sobre a reforma tributária e privatizações prosseguem.** O autor do texto da proposta de reforma tributária encampada pela Câmara, **o economista Bernard Appy, afirmou que o ambiente está mais favorável a uma reforma ampla.**

Empresas

As ações de construtoras podem ter um dia de recuperação das perdas com o anúncio sobre o FGTS. As varejistas, que reagiram com otimismo nesta quarta-feira em relação à medida de estímulo à economia, poderão sofrer alguma realização de lucros no pregão desta quinta.

Está previsto para esta quinta o fechamento do preço da ação do follow on do **IRB Brasil Re**, que marca a saída de BB e União do bloco de controle do ressegurador numa oferta que pode chegar a R\$ 8,5 bilhões.

Impasse entre Estados Unidos e China

No exterior, a cautela predomina porque estão estagnadas as conversas entre **Estados Unidos** e China. O impasse atual refere-se a restrições comerciais americanas impostas à gigante chinesa de telecomunicações Huawei.

As principais Bolsas europeias e os índices futuros de Nova York operam em baixa nesta manhã e os mercados acionários asiáticos encerraram o pregão em baixa repercutindo a disputa comercial. /

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 17/07/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Governo refaz contas e saques do FGTS devem injetar R\$ 30 bi na economia

Paulo Guedes (Economia) disse inicialmente que a medida movimentaria R\$ 42 bilhões

17.jul.2019 às 20h45

Fábio Pupo
Brasília

O ministério da Economia refez os cálculos e agora espera liberar aproximadamente R\$ 30 bilhões com a [flexibilização de saques do FGTS](#).

Nesta quarta-feira (17), o ministro [Paulo Guedes](#) (Economia) citou um número maior. Segundo ele, a medida movimentaria R\$ 42 bilhões.

Segundo fontes da equipe econômica, há basicamente duas propostas elaboradas pela pasta e a decisão ficará com o presidente [Jair Bolsonaro](#).

Movimentação de pessoas em agência da Caixa para saque de contas inativas do FGTS - Robson Ventura-10.abr.2017/Folhapress

A primeira delas libera saques tanto para contas ativas como para inativas, sempre no aniversário da pessoa. A flexibilização será escalonada de acordo com o montante guardado. Quem tem menos vai poder sacar um percentual maior.

Nesse caso, a ideia é que o trabalhador possa sacar um percentual do FGTS todo ano. Dessa forma, o governo tenta evitar situações em que empregados chegam a acordos com patrões para serem demitidos e receberem os recursos.

A segunda proposta, mais simples, é flexibilizar os saques apenas para as contas inativas, e apenas uma vez (a exemplo do que ocorreu no governo Temer).

De qualquer forma, o [governo adota](#) um tom de cautela na análise sobre o assunto para que, mesmo com as alterações, seja garantido financiamento do FGTS para o setor imobiliário (um dos destinos dos recursos). A premissa é seguida pela equipe econômica principalmente pelo cenário de baixos investimentos no país.

Uma das preocupações é o programa Minha Casa Minha Vida, que recebe [recursos do FGTS](#). O ritmo de execução tem levado parlamentares a reclamarem ao ministério da Economia sobre o andamento do programa habitacional.

Já para o PIS/Pasep, a liberação deve ser bem mais tímida. Os saques devem ficar entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões. O governo planeja usar o restante das contas paradas (cerca de R\$ 20 bilhões) como receita do Tesouro. A medida dependeria de aval do Congresso.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 17/07/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Liberação de FGTS pode ter impacto na economia maior do que em 2017

Ex-secretário do governo Temer diz que estímulo é importante, mas deve se somar a outras medidas

17.jul.2019 às 19h33

Eduardo Cucolo
São Paulo

A [liberação de parte do saldo do FGTS](#) pode ter um [efeito mais forte sobre a economia](#) em 2019 do que o verificado em 2017. A avaliação é do ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento Marcos Ferrari, um dos responsáveis pelo plano de pagamento desses recursos elaborado na gestão Michel Temer.

Em 2017, foi feita a liberação de R\$ 44 bilhões somente de contas inativas do FGTS. Desta vez, o montante é calculado em R\$ 42 bilhões, segundo o Ministério da Economia.

Para Ferrari, embora a [medida tem impacto imediato](#), mas de curto prazo, ela é importante e vai se somar a outras iniciativas, como cortes de juros e estímulos a investimentos em inovação e infraestrutura, para que o país volte a crescer de forma sustentável.

Qual o impacto dessa nova liberação de recursos do FGTS para estimular a economia?

Marcos Ferrari: [Em 2017](#), a economia cresceu 1,1%. O FGTS foi responsável por 0,61 [ponto percentual]. Naquela época, as condições eram diferentes, as famílias estavam muito endividadas. Agora, pode ser que o efeito seja maior. Talvez o canal para o consumo esteja mais aberto. No mínimo, pode se esperar um impacto como em 2017.

Essa medida é suficiente para que o país volte a crescer ou terá novamente um efeito temporário sobre o consumo?

É uma receita de curto prazo, que não pode vir sozinha. É preciso outras medidas. Ela tem impacto imediato, mas é absorvida muito rápido. É preciso estimular outros canais, tanto de demanda como de oferta. Pelo lado da demanda, liberar esses recursos, reduzir a taxa Selic, o compulsório pode ajudar um pouco. Pela oferta, é preciso outro tipo de estímulo, principalmente em relação a inovação e infraestrutura. O FGTS sozinho não garante crescimento sustentável no longo prazo. Tem de ter outras forças, mas ele é importante, é um dos fatores que vão convergir com outras medidas para gerar crescimento.

Ainda há tempo para que esses efeitos sejam sentidos em 2019?

O impacto da liberação é imediato, vai direto para o consumo, principalmente para o comércio e os serviços. Em 2017, a liberação do FGTS foi uma passagem para a tramitação da reforma da Previdência. A gente mandou a reforma em dezembro de 2016. As contas começaram a ser pagas em março, até julho de 2017. Esse era o prazo que estimávamos para que reforma tramitasse no Congresso. Quando viesse a reforma, a economia já teria começado a crescer.

Desta vez, a medida vem após a aprovação da reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara.

O ministro Paulo Guedes está certo de só liberar o dinheiro depois da reforma, pois o problema é de confiança. Com a reforma da previdência, o canal da expectativa estará mais positivo.

Essa medida pode prejudicar o setor imobiliário ou acabar com essa poupança forçada do trabalhador? Liberar o FGTS não é tão simples. A equipe econômica [atual] também deve liberar um valor que não comprometa a questão da poupança do fundo e o setor da construção.

Esse tipo de estímulo pode ser comparado com as políticas adotadas no governo Dilma Rousseff?

A principal diferença é que são medidas de estímulo para-fiscais, não consomem recurso fiscal, diferentemente do PSI [Programa de Sustentação do Investimento do BNDES], Minha Casa Minha Vida, Minha Casa Melhor, que consumiram recursos públicos e geraram a crise que estamos vivendo hoje.

Tribuna

Bolsonaro promete anunciar liberação do FGTS

O ESTADO DE S.PAULO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o anúncio para liberação do FGTS e do PIS/Pasep deve ocorrer esta semana.

Ele frisou que isso representaria "uma pequena injeção na economia" e ressaltou que a atividade já começa a dar sinais de recuperação, "pelos sinais positivos (no geral) e em especial também pelos sinais que estão vindo do Parlamento".

Bolsonaro afirmou ainda que o governo quer fazer uma reforma dos tribu-

tos federais e que deseja que a tabela de Imposto de Renda esteja, no máximo, em 25%. "E nós queremos ano a ano diminuir a nossa carga tributária", apontou.

SAQUES

Como antecipou o Estadão/Broadcast, o Ministério da Economia deve permitir que os trabalhadores saquem até 35% dos recursos de suas contas ativas (dos contratos de trabalho atuais) do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A expectativa do governo é que a medida injete até R\$ 42 bilhões na economia.

O plano é uma tentativa de reanimar a economia, via consumo, ainda este ano. A projeção oficial do governo é de crescimento do PIB de 0,81%. Junto com a liberação dos recursos do FGTS, haverá também mais uma rodada de saques do PIS/Pasep.

Em 2017, durante o governo Michel Temer, 25,9 milhões de trabalhadores fizeram o saque de cerca de R\$ 44 bilhões de contas inativas do FGTS.

Liberação de saque do FGTS deve impulsionar crescimento do PIB em 2020, preveem especialistas



18/07/2019 - 05:00

Governo estuda saques periódicos no FGTS

Por **Fabio Graner**

O presidente Jair Bolsonaro analisa duas alternativas de propostas de saque de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em uma delas, as medidas sugeridas atingiriam igualmente contas ativas e inativas, com percentuais de saques escalonados conforme o saldo do trabalhador, mas também implicariam na retenção dos recursos em caso de demissão sem justa causa, deixando menos dinheiro disponível ao trabalhador desempregado. A outra alternativa que seria apresentada ao presidente contemplaria apenas a liberação das contas inativas.

A proposta de autorizar o acesso parcial ao dinheiro das contas ativas do fundo seria uma espécie de "décimo-quarto" salário para os trabalhadores, segundo uma fonte, e que teria caráter permanente, repetindo-se todos os anos. Não havia intenção de uma liberação inicial imediata para todos os cotistas, o que dilui o impacto econômico da medida.

AdChoices
PUBLICIDADE

[inRead invented by Teads](#)

O formato de liberação na data de aniversário visa também evitar que o fundo seja descapitalizado e mantenha-se como fonte de financiamento para o setor imobiliário. "Não haverá redução de funding para habitação", garantiu esse interlocutor.

Mesmo assim, há avaliações de que a medida vai implicar em perda para o setor porque o dinheiro sacado, mesmo que seja de parte da conta, provavelmente será direcionado para consumo de bens de menor valor, e não mais para aquisição de imóveis, que tem perfil de investimento de longo prazo.

Entre as propostas em análise, estava uma liberação de 35% do saldo para os cotistas com valor até R\$ 1 mil - havia também uma ideia de estender essa faixa de 35% até R\$ 5 mil, mas que tinha perdido força. Haveria seis ou sete outras faixas de percentuais de saque. Acima de R\$ 50 mil, por exemplo, a ideia era permitir saque de 10% do saldo.

A premissa que está norteando o conceito de saque das contas ativas é que o dinheiro pertence ao trabalhador e cabe a ele definir o que fazer com ele. Nesse sentido, a visão é que o FGTS representaria uma má alocação de recursos e que deixar o dinheiro parado lá, apenas como funding habitacional, não seria o melhor caminho econômico.

A ideia de impedir o saque no momento da demissão sem justa causa seria uma estratégia para diminuir os movimentos de demissões forçadas (acertadas informalmente entre empregados e empregadores) e teria como contrapartida um aumento da rentabilidade do fundo (hoje TR, que está zerada, mais 3% ao ano), segundo explicação de uma fonte.

A medida, contudo, promete polêmica, uma vez que reduzirá o dinheiro para o trabalhador que perder o emprego em um momento mais complicado, apesar de estar previsto que ele receba os 40% de multa rescisória. Também não está claro o que será feito com a parte retida. Para render mais, provavelmente o caminho será permitir a aplicação em fundos mais arriscados do setor privado.

Além da liberação do FGTS, que deve injetar algum ânimo na deprimida demanda da economia, outra iniciativa que deve ser anunciada pelo governo é a liberação dos saques das contas do PIS/Pasep. A iniciativa teve duas rodadas de liberação no governo Michel Temer. O governo acredita que, dos R\$ 22 bilhões de saldo remanescente, apenas cerca de R\$ 2 bilhões devem ser retirados.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

RETRAÇÃO Queda na produção brasileira é registrada este ano na comparação com trimestre anterior, mas há avanço em relação ao mesmo período em 2018

PIB recua 0,8% no trimestre encerrado em maio, diz FGV

VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio

O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no País, recuou 0,8% no trimestre encerrado em maio deste ano, na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro. O dado é do Monitor do PIB, divulgado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo a FGV, no entanto, o PIB brasileiro cresceu 0,5% quando comparado ao trimestre encerrado em maio de 2018. Considerando-se apenas o mês de maio deste ano, houve altas de 0,5% em relação ao mês anterior e de 4,3% na comparação com maio do ano passado. No acumulado de 12 meses, o PIB cresceu 1,2%.

Na comparação do trimestre finalizado em fevereiro com o trimestre encerrado em maio, os três grandes setores produtivos tiveram queda: serviços (-0,4%), indústria (-1,4%) e agropecuária (-1,2%).

Dentro dos serviços, a maior queda foi observada

nos transportes (-2%). Os serviços de informação foram os únicos a apresentar crescimento (0,2%). Já na indústria, houve queda entre todos os subsetores, com destaque para a indústria extrativa mineral (-4,8%).

Sob a ótica da demanda, a queda do trimestre findo em maio na comparação com o trimestre encerrado em fe-



João Paulo Lacerda / Divulgação

Indústria é um dos setores que vêm apresentando retração no total produzido

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no País em um período

vereiro foi puxada pelas exportações, que recuaram 5,2% no período. O consumo de governo também caiu (-0,4%). Já as importações subiram 2,4%.

Por outro lado, tanto o consumo das famílias quanto a formação bruta de capital fixo (investimentos) cresceram 0,2%.

O cálculo oficial do PIB é feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado a cada trimestre fechado (janeiro a março, abril a junho, julho a setembro e outubro a dezembro). O recuo na produção do PIB mostra o momento atual de estagnação da economia.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 17/07/2019	Caderno: Economia



Bolsonaro diz que quer Mercosul 'mais enxuto e dinâmico'

Presidente brasileiro assumiu a presidência do bloco e mensagem foi dada durante 54ª cúpula realizada na Argentina

Bárbara Nascimento, enviada especial, O Estado de S.Paulo

17 de julho de 2019 | 13h49

Atualizado 17 de julho de 2019 | 22h21

SANTA FÉ - O presidente **Jair Bolsonaro** disse nesta quarta-feira durante **Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul**, em Santa Fé, na Argentina, que o acordo com a **União Europeia** representa "resultado concreto" de uma nova orientação do bloco, sem viés ideológico. "Quero aproveitar ocasião para firmar o compromisso do governo para modernização e abertura do bloco. Sem viés ideológico, que tanto critiquei enquanto parlamentar. Vencemos essa barreira.", disse.

Bolsonaro disse que quer trabalhar para um Mercosul "mais enxuto e dinâmico" e que pretende, como novo presidente pró-tempore do bloco, continuar com o trabalho argentino de extinguir comissões que estão obsoletas.



Jair Bolsonaro e Maurício Macri, presidente da Argentina, durante a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul Foto: Argentina Presidency/Reuters

O presidente afirmou que, externamente, o Brasil quer, à frente do **Mercosul**, dar prosseguimento aos fechamentos de acordos com outros países. A posição do presidente brasileiro foi endossada pelo chefe de Estado argentino, Mauricio Macri: "Acordo com União Europeia não é ponto de chegada, é ponto de partida", disse. Nos últimos dias, os técnicos dos quatro países sinalizaram que há acordos já engatilhados com a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta, na sigla em inglês) e com o Canadá.

Já internamente, entre os membros do Mercosul, Bolsonaro disse que quer se dedicar "a fazer uma união aduaneira" e à modernização de regulamentos sobre comercialização de bens e serviços. "Trabalharemos para incluir automóveis e açúcar na união aduaneira dentro do Mercosul", disse.

Argentina

O ministro da Fazenda **argentino**, Nicolás Dujovne, disse nesta quarta-feira, 17, considerar "muito interessante" a ideia de uma moeda única no **Mercosul**. Segundo

ele, um estudo será feito para apontar as potenciais vantagens e quais serão as mudanças necessárias para que a moeda seja criada.

O assunto já havia sido trazido à tona pelo ministro da Economia brasileiro, **Paulo Guedes**, na última viagem que fez à Argentina. A moeda, que atenderia Brasil e Argentina, se chamaria peso real. Ontem, no entanto, Guedes voltou atrás e disse que a ideia de uma moeda comum estava " num horizonte mais distante".

Diferentemente do que Guedes havia sinalizado, Dujovne apontou para a criação de uma moeda única para todo o Mercosul.

Tribuna

Construção civil e agropecuária lideram geração de empregos

As áreas da construção civil e da agropecuária lideram a geração de postos de trabalho na Bahia nos cinco primeiros meses de 2019. Os setores criaram, respectivamente, 8.387 e 8.196 empregos no estado, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), sistematizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Nesse período, a Bahia gerou 26.071 novos postos de trabalho.

“O papel do governo é fundamental como indutor de crescimento econômico e da geração de emprego. Veja que dos 1.559 postos cria-

dos na construção de edifícios, 430 são da obra do novo hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas, num investimento de R\$ 180 milhões de reais e previsto para ser inaugurado em dezembro”, afirmou o secretário do planejamento Walter Pinheiro. Dentro do setor da construção civil, destaque para Obras para geração de energia elétrica e para telecomunicações, com 2.410 empregos, Construção de edifícios, com 1.559 e Instalações elétricas, com 966 novos postos de trabalho criados de janeiro a maio desse ano.

De acordo com o secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Davidson

Magalhães esse é o resultado do investimento em obras públicas estruturantes, tanto em Salvador, que obteve um saldo positivo de 3.623 vagas nesse período, como também no interior do estado. “Além disso, reflete o esforço que o Governo do Estado, por meio do SineBahia, tem feito na captação de vagas para o setor da construção civil”, explicou Magalhães.

Já na agropecuária, o Cultivo do café ficou com a primeira colocação na geração de empregos, anotando 3.479, o Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva, com 1.554, e a Criação de bovinos, com 1.388.

Tribuna



Economista já estima expansão de 2,5% da atividade no ano que vem

O GLOBO

A liberação de R\$ 42 bilhões para saque das contas de FGTS num momento em que a tendência é de melhoria dos índices de confiança em razão do bom andamento da reforma da Previdência, que já foi aprovada em primeiro turno na Câmara, pode ser o início de um ciclo virtuoso da economia e impulsionar o crescimento da atividade em 2020. O efeito desses recursos, segundo o economista-

chefe do Banco ABC, Luis Otávio Leal, seria semelhante ao que ocorreu em 2017, no governo Temer, quando a liberação de R\$ 44 bilhões das contas inativas de FGTS impulsionou o consumo das famílias e ajudou consideravelmente o Produto Interno Bruto (PIB) daquele ano voltar a crescer, 1%, depois de dois anos consecutivos de resultados negativos.

— A diferença é que, agora, quando esses recursos forem liberados, a reforma já

dever ter sido aprovada, e isso vai criar um ciclo virtuoso.

As pessoas estarão mais confiantes na melhora da economia, usarão os recursos para comprar ou quitar dívida contraída no passado para se liberar para novas compras. Isso vai impulsionar o setor produtivo, e a confiança tende a aumentar ainda mais — diz Leal.

Agenda social: Governo estuda usar parte do IR da classe média para transferir

renda dos mais pobres

Ele acredita que já pode haver efeito positivo no resultado do PIB do último trimestre, o que vai melhorar o carregamento estatístico para o resultado da atividade no ano que vem. Ou seja, assim, a economia teria de fazer um esforço menor em 2020 para crescer mais do que em 2019, quando o mercado projeta alta de apenas 0,81%, de acordo com o mais recente Boletim Focus do Banco Central.

Tribuna

Coluna ESPLANADA



LEANDRO MAZZINI

PACTO FEDERATIVO

Em paralelo à tentativa de inclusão de Estados e municípios no texto da Reforma da Previdência no Senado no segundo semestre, governadores vão cobrar do Congresso e da equipe econômica do governo pautas consideradas prioritárias que foram discutidas nos últimos meses, mas não avançaram. Ainda sem base no Senado, o Planalto precisa de votos e do apoio dos governadores para aprovar a PEC da Previdência – após a aprovação da mesma, espera-se, dia 6 de agosto na Câmara em segundo turno. O Governo já acenou positivamente para demandas dos governadores, como discussão do pacto federativo e a divisão de recursos provenientes da exploração do petróleo pré-sal.

Porém

A pauta do grupo é extensa, o que pode dificultar as negociações por votos. Inclui alterações na chamada “Lei Mansueto”, que organiza um plano de socorro aos Estados;

Do caixa

Há também a demanda pela reestruturação do Fundeb e uma Proposta de Emenda Constitucional de redistribuição do fundo de participação estadual.

Dois lados

A possível nomeação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) para embaixador do Brasil nos Estados Unidos provocou reações distintas na Câmara e no Senado. Enquanto aliados coletam assinaturas para emplacar propostas que preveem a manutenção dos mandatos de parlamentares que assumam postos diplomáticos, no Senado, outra PEC, contra o nepotismo, poderá começar a tramitar no segundo semestre.

Tribuna

Exportações recuaram 10,4 por cento

AGENCIA BRASIL / RJ

As exportações brasileiras recuaram 10,4%, em valor, na comparação de junho deste ano com o mesmo período do ano passado. No acumulado do primeiro semestre, a queda chegou a 3,5%.

Os dados são do Índice de Comércio Exterior (Icomex) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

De acordo com a FGV, o resultado foi puxado pela queda nas exportações para os principais parceiros do país: Estados Unidos, China e Argentina. No caso do nosso vizinho sul-americano, o recuo das vendas brasileiras é explicado pela crise econômica naquele país.

No caso da China, que é destino de 26% das nossas exportações, a queda do valor exportado em junho foi 4,1%. Segundo a FGV, houve uma queda de 3,7% no volume exportado e de 1,9% no

preço desses produtos.

No caso dos Estados Unidos, houve uma queda de 12,2% no valor exportado em junho, depois de um crescimento no mês anterior. O preço dos produtos exportados para o mercado norte-americano caiu 10,6% e o volume, 1,6%.

Apesar da queda do valor exportado para outros países, a balança comercial brasileira conseguiu fechar o mês com um saldo positivo de 5 bilhões de dólares e o semestre, com superávit e 26 bilhões.

18/07/2019 - 05:00

Governo depende do TCU para sair do sufoco

Por Ribamar Oliveira

Todo o sufoco vivido atualmente pelos ministérios - alguns deles não têm dinheiro para chegar a dezembro - poderia ser evitado se o Tribunal de Contas da União (TCU) concluísse a sua análise sobre o megaleilão dos excedentes de petróleo da cessão onerosa e sobre a revisão do contrato feito entre a União e a Petrobras.

Uma montanha de dinheiro está prevista para ingressar nos cofres do Tesouro até o fim deste ano, mas o governo não pode incluir os recursos em sua previsão de receita orçamentária por não saber quais serão as decisões do TCU. Já há dúvidas no alto escalão do governo se, efetivamente, o leilão será realizado em novembro, como programou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), ou se será novamente adiado.

A área técnica do Ministério da Economia se queixa das perguntas intermináveis do TCU e algumas delas sobre questões que se achava já terem sido resolvidas em 2018. Para ter uma ideia, ontem, em consulta feita nos processos que tratam do assunto, o **Valor** verificou que houve novos pedidos de informações registrados no dia anterior.

O risco é leilão da cessão onerosa ser adiado novamente

A instrução normativa 81 do tribunal estabelece um prazo de 75 dias para a área técnica encaminhar sua proposta de mérito sobre o assunto analisado ao ministro relator do processo.

O problema é que o prazo só começa a contar depois que todos os documentos solicitados são recebidos. A questão é que os pedidos de informação feitos pela área técnica do TCU ao governo sobre a cessão onerosa e o leilão do excedente do petróleo não param.

Ontem, por exemplo, em decisão do plenário dos ministros, o tribunal passou a exigir que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) apresente justificativa técnica detalhada sobre as áreas que entram ou ficam de fora dos leilões de partilha de produção. A nova regra já valerá para o megaleilão do excedente da cessão onerosa.

Para os técnicos do TCU, há "obscuridade" na forma de classificação das áreas que entram nos leilões de partilha, segundo reportagem do jornalista Rafael Bitencourt, publicada ontem à noite no **Valor PRO**. O problema maior, segundo os técnicos, ocorre quando uma área com forte potencial econômico é leiloada no regime de concessão, o que reduziria consideravelmente os ganhos da União.

Se pudesse incluir os recursos do megaleilão em sua programação orçamentária e financeira deste ano, o governo reverteria o contingenciamento de R\$ 30 bilhões realizado nas dotações orçamentárias e cumpriria com folga a meta fiscal deste ano. O maior gasto da União neste resto de ano iria ajudar a estimular a atividade econômica, junto com as outras medidas que o ministro da Economia, Paulo Guedes, promete anunciar nos próximos dias.

O megaleilão do excedente de petróleo dos campos que foram cedidos de forma onerosa à Petrobras está marcado para o dia 6 de novembro. Pelo cronograma, as empresas vencedoras devem fazer o pagamento do bônus de assinatura no dia 27 de dezembro, segundo informou a ANP. Não há dúvidas no mercado sobre o sucesso deste leilão, pois as grandes companhias internacionais que atuam no setor já manifestaram interesse.

A exploração do petróleo excedente da cessão onerosa será feita sob regime de partilha de produção. As empresas vencedoras pagarão um bônus por ocasião da assinatura de cada contrato. Serão vencedoras do leilão aquelas que oferecerem uma maior participação à União no óleo extraído. O valor total do bônus de assinatura foi fixado em R\$ 106,5

bilhões. Mas nem todo esse dinheiro entrará nos cofres do Tesouro.

A União aceitou pagar uma compensação à Petrobras no valor de US\$ 9,058 bilhões, na revisão do contrato da cessão onerosa para exploração de 5 mil barris de petróleo no pré-sal, firmado em 2010. Ao câmbio de ontem, a compensação correspondia a R\$ 34,06 bilhões. Isto significa que, depois de pagar a Petrobras, o Tesouro ficaria com R\$ 72,4 bilhões.

Em abril deste ano, o deputado Paulo Pereira da Silva (Solidariedade-SP) ingressou com uma representação junto ao TCU solicitando que a União seja impedida de pagar a compensação à Petrobras, no âmbito da revisão do contrato da cessão onerosa, com o argumento de que não há prévia autorização orçamentária para a realização da despesa e que o pagamento fere o teto de gastos, instituído pela emenda constitucional 95/2016.

O pedido do deputado ainda não foi apreciado, pois, segundo explicações do TCU ao **Valor**, o governo federal se comprometeu a esperar uma solução legislativa para a questão, que veio por meio da proposta de emenda constitucional (PEC) 98/2019, já aprovada pela Câmara. Por esta PEC, a compensação paga à Petrobras pela União, no âmbito da revisão do acordo da cessão onerosa, fica excluída do teto de gastos. A proposta será agora votada pelo Senado.

A PEC 98/2019 determina também que 15% do valor arrecadado com o leilão do excedente, depois de deduzida a compensação à Petrobras, seja transferido aos Estados, e outros 15%, aos municípios. Assim, em termos líquidos, o Tesouro ficaria com R\$ 50,7 bilhões, dinheiro mais do que suficiente para tirar os ministérios do atual sufoco.

A ANP abriu consulta pública sobre o leilão e a previsão é de que até o dia 6 de setembro o edital definitivo seja publicado. Se o TCU concluir a sua análise até essa data, uma autoridade do governo disse ao **Valor** que os recursos do megaleilão poderão ser incluídos na previsão de receita orçamentária. No dia 22 de setembro, o governo terá que enviar ao Congresso o relatório de avaliação de receitas e despesas relativo ao quarto bimestre do ano. A inclusão dos recursos do megaleilão seria feita no relatório.

O temor do governo é incluir os recursos do megaleilão na sua previsão de receita, reverter o contingenciamento, e, caso o leilão seja adiado por alguma questão levantada pelo TCU, correr o risco de não cumprir a meta de resultado primário deste ano, o que é considerado crime de responsabilidade.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br